

1. Em 12 de outubro de 1988 foi protocolado na Procuradoria Geral da República o pedido de abertura de inquérito civil (arts. 6º e 8º, § 1º da lei 7.347 de 14.7.85) para apuração de danos ao meio ambiente provocados pela instalação de usinas siderúrgicas movidas a carvão vegetal, integrantes do Programa Grande Carajás. Subscreveram o pedido as seguintes entidades:

Associação Brasileira de Imprensa - ABI, Rua Araújo Porto Alegre, 71, Rio de Janeiro (RJ); Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia - AATR-Ba, Rua Capelinha do Tororó, 1, Salvador (BA); Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA, Rua México, 71, Rio de Janeiro (RJ); Central Única dos Trabalhadores - CUT, Rua Ouvidor Peleja, 112, São Paulo (SP); Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP, Av. Itacaiunas, 2105, Cidade Nova, Marabá (PA); Centro de Trabalho Indigenista - CTI, Rua Fidalga, 548, s/ 13, São Paulo (SP); Comissão Pastoral da Terra - CPT, Quadra 20, nº 251, Goiânia (GO); Conselho Indigenista Missionário - CIMI, SDS Ed. Venâncio III s/310, Brasília (DF); Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional - FASE, Rua Bento Lisboa, 58, Rio de Janeiro (RJ); Gabinete de Assistência Jurídica Popular - GAJOP, Rua 27 de Janeiro, 181, Olinda (Pernambuco); Instituto Apoio Jurídico Popular - AJUP, Av. Beira-Mar, 216, gr. 401, Rio de Janeiro (RJ); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Rua Vicente de Souza, 29, Rio de Janeiro (RJ); Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, Rua Itupava 1220, Curitiba (PR); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC, Ed. Supercentro Venâncio, 2000, bl. 50, s/435, Brasília (DF); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, Rua João Afonso, 85, Rio de Janeiro (RJ); Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH, SDS Ed. Venâncio VI bl. O s/109, Brasília (DF); Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH, Rua Senador Manoel Barata, 47, s/302, Belém (PA).